



**Fernando de Holanda
Barbosa Filho**

Pesquisador do FGV IBRE



Paulo Peruchetti

Pesquisador do FGV IBRE

Mercado de trabalho

Situação atual e desafios para 2026

Nos últimos anos, a taxa de desemprego tem caído de forma consistente no Brasil. Conjuntamente com a queda da taxa de desemprego, tem ocorrido um aumento no número de pessoas ocupadas e elevação da remuneração média do trabalho.

Parte dessa melhora observada no mercado de trabalho brasileiro é fruto de mudanças estruturais. De fato, houve no Brasil uma melhora na composição educacional tanto da força de trabalho quanto da população em idade para trabalhar, observada a partir do aumento do peso relativo dos grupos de pessoas com maior nível de escolaridade ao longo dos últimos anos. Além disso, também temos observado um envelhecimento da população.

Diante desse contexto, o objetivo deste artigo é avaliar os efeitos da melhora educacional e da transição demográfica sobre variáveis importantes do mercado de trabalho, como taxa de desemprego, taxa de participação, nível de ocupação e rendimento do trabalho, para que possamos ter um melhor entendimento sobre o real grau de aquecimento do mercado de trabalho brasileiro. Para tanto, iremos mostrar como estariam essas variáveis caso essas mudanças estruturais não tivessem acontecido.

Começaremos a análise pela taxa de desemprego. De acordo com a figura 1, após relativa estabilidade até 2014, o índice passou a subir fortemente, alcançando picos históricos durante a crise econômica de 2015/2016 e, sobretudo, durante a pandemia de covid-19. Desde 2021, iniciou-se um movimento de queda gradual, refletindo a recuperação do mercado de trabalho. No terceiro trimestre de 2025, o desemprego atingiu 5,6%, o menor nível da série, sinalizando avanços na absorção de mão de obra e maior dinamismo econômico.

Caso não tivessem ocorrido essas mudanças estruturais, o nível atual da taxa de desemprego deveria ser maior do que o oficialmente divulgado. Por exemplo, no terceiro trimestre de 2025, a taxa de desemprego contrafactual seria de 6,8%, ou seja, 1,2 ponto percentual (p.p.) acima do valor oficialmente divulgado. Isso indica que parte do baixo desemprego observado hoje no Brasil tem relação com uma mudança estrutural ocorrida ao longo dos últimos anos.

Outra importante variável a ser analisada é a taxa de participação, apresentada na figura 2. Os dados mostram que entre o primeiro trimestre de 2012 e o quarto trimestre de 2019 a taxa de participação passou de 62,3% para 63,4%. No auge da cri-

se sanitária, no segundo trimestre de 2020, a taxa de participação caiu para o menor nível da série histórica. Com a recuperação da atividade econômica, após a reabertura da economia, a taxa de participação voltou a apresentar forte crescimento, dando sinais de que retornaria ao nível pré-pandemia, o que acabou não ocorrendo.

Mesmo tendo voltado a crescer desde o início de 2023, no terceiro trimestre de 2025 a taxa de participação estava em torno de 62,2%, abaixo do patamar pré-pandemia (quarto trimestre de 2019), que era de 63,4%. Este resultado poderia ser ainda pior caso não tivesse ocorrido uma melhoria educacional e o envelhecimento da população. Em particular, a taxa de participação contrafactual seria 61,2%, ou seja, 1 p.p. inferior à taxa observada originalmente.

Outra forma de mensurar o desempenho no mercado de trabalho, evitando as oscilações na taxa de desemprego em função de mudanças na taxa de participação, é pela razão entre a população ocupada e a população em idade para trabalhar, o que o IBGE chama de nível de ocupação.

A figura 3 mostra que em 2012 e 2013 o nível de ocupação da economia brasileira manteve-se em torno de 58%. A recessão de 2014-2016 provocou um forte impacto sobre esse indicador, que recuou para 54,1% no início de 2017. Superado esse período de queda, observou-se uma recuperação significativa, com o nível de ocupação atingindo 56,4% ao final de 2019. Com a pandemia, houve nova retração, levando o indicador ao seu menor patamar em meados de 2020. Superada a fase mais aguda da crise sanitária, esse indicador retomou a trajetória de crescimento consistente, alcançando, no terceiro

Figura 1: Evolução da taxa de desemprego

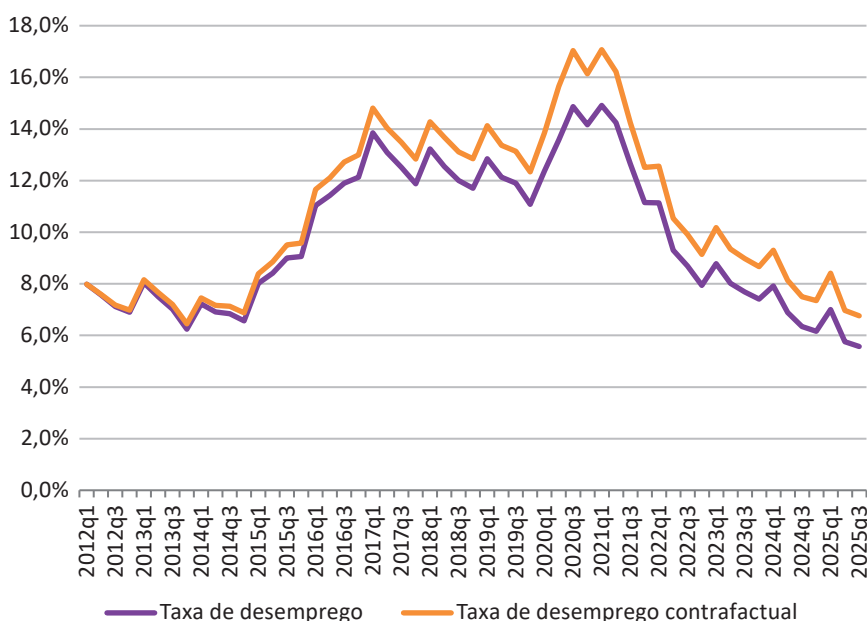
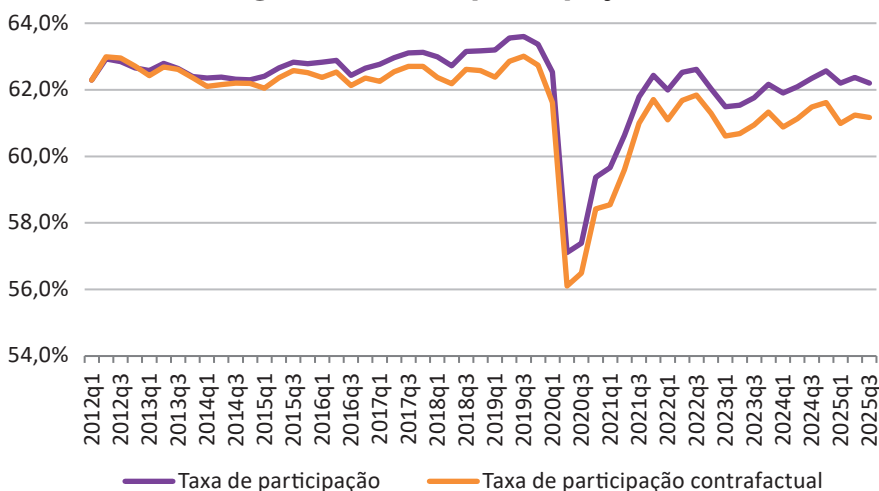


Figura 2: Taxa de participação



Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD Contínua.

trimestre de 2025 cerca de 58,7%. No entanto, o controle simultâneo de escolaridade e das mudanças demográficas, evidencia que o nível de ocupação no terceiro trimestre de 2025 deveria ser 56,8%, ou seja, inferior ao oficialmente divulgado (58,7%), mostrando, mais uma vez, um mercado de trabalho menos aquecido do que o esperado com base nos dados oficiais.

O bom desempenho do mercado de trabalho é corroborado pelos dados de rendimento do trabalho, tal como apresentado na figura 4.

A renda real tem crescido de forma sistemática desde o final de 2021, e no terceiro trimestre de 2025 alcançou algo em torno de R\$ 3.500. No entanto, parte relevante dessa melhoria ocorreu por conta

do processo de mudança estrutural. Em particular, o contrafactual indica que na ausência da melhora educacional e do envelhecimento populacional, a renda deveria ser R\$ 2.737, ou seja, cerca de 22% menor do que o dado oficial. Além disso, vale destacar que desde o final de 2019 o crescimento real acumulado da renda foi de 8,7%. Contudo, no caso da renda contrafactual, veríamos uma queda acumulada de 0,3%.

Os resultados mostram que ao se controlar os efeitos decorrentes da evolução do binômio educação/demografia, o mercado de trabalho apresentaria desempenho bem mais modesto. Isto, no entanto, não muda o fato de que o mercado de trabalho tem performado muito bem.

Perspectivas para o ano que vem

Como visto acima, os recordes do mercado de trabalho ao longo do último ano estão relacionados com a melhora de composição etária/educacional dos últimos anos. O exercício contrafactual realizado mostra que os números continuariam positivos e sinalizando um mercado de trabalho positivo para os trabalhadores. No entanto, os recordes não se manteriam.

Este cenário foi atingido num ano no qual o Banco Central (Bacen) elevou a meta da Selic para 15% ao ano, com o objetivo de fazer a inflação convergir para a meta no horizonte relevante. Adicionalmente, os comunicados do Bacen sinalizam uma preocupação com a política fiscal e a dificuldade que a política fiscal tem adicionado para o atingimento da meta de inflação.

Ano que vem, espera-se o início do ciclo de afrouxamento monetário,

Figura 3: Nível de ocupação

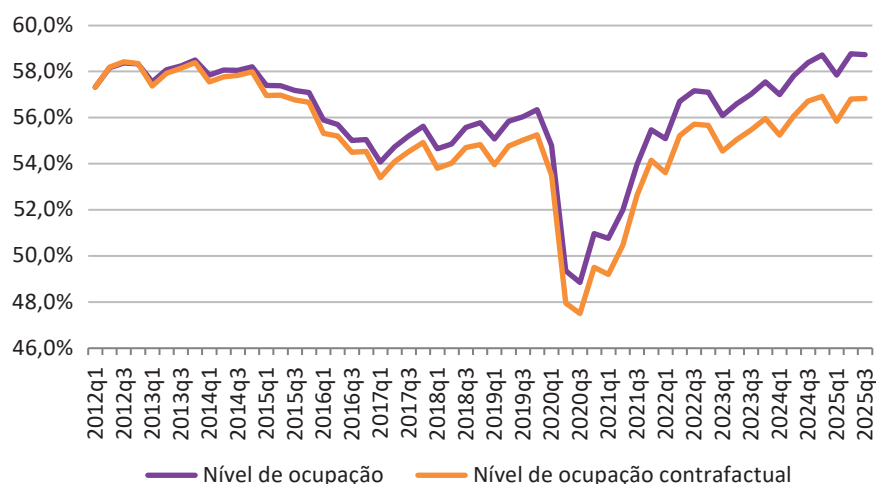
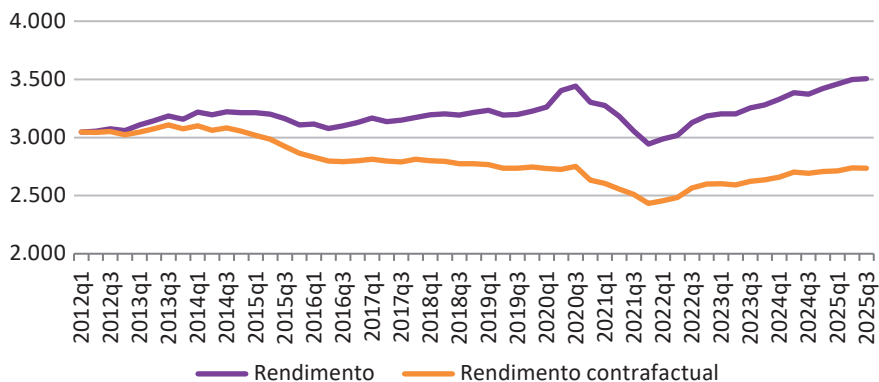


Figura 4: Rendimento do trabalho



Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD Contínua.

com redução gradual da taxa de juros. Ao mesmo tempo, teremos o reajuste da tabela do Imposto de Renda com a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil e a expansão fiscal devido ao ciclo eleitoral que deve ajudar a manter o mercado de trabalho aquecido.

A mediana das expectativas do Boletim Focus aponta para uma taxa de crescimento do PIB de 2,25% em 2025, alinhado com a projeção do FGV IBRE (2,2%). Para o ano que vem, a projeção do Focus é de um crescimento de 1,8%, também alinhada com a taxa de crescimento projetada pelo FGV IBRE (1,7%).

A mudança de composição que afetou positivamente o mercado de trabalho (nos últimos anos) deve continuar mantendo a sua força ao longo dos próximos anos. Com isso, a taxa de desemprego estrutural da economia brasileira deve continuar apresentando uma tendência de queda.

Neste cenário, a taxa de desemprego deve fechar 2025 em 5,9% com a média anual de 6,1% e manter-se baixa ao longo de 2026. Ou seja, a eleição será disputada com taxa de desemprego baixa e um mercado de trabalho aquecido. ▀